

“Desenvolvimento Rural Sustentável: desafio institucional na capacitação”

“Sustainable Rural Development: learning and teaching institutional challenges”

**Eros Marion Mussoi¹
Bernardete Panceri²**

Resumo

O propósito desse artigo é contribuir com uma reflexão sobre a capacitação institucional de agentes animadores de desenvolvimento rural sustentável. Esta experiência de capacitação foi desenhada pela Epagri³ em parceria com professores da UFSC⁴, Instituto CEPA⁵ e materializada por meio de um convênio com a UNOESC⁶, sendo que os autores deste artigo fazem parte do corpo docente do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Duas vertentes são aqui consideradas: Uma relacionada ao conteúdo, uma vez que o atual modelo de desenvolvimento tem ampliado o “fosso” entre os “despossuídos” e aqueles que detém o poder. Outra relacionada com a parte pedagógica, pois a mudança de paradigma exige uma nova postura pessoal e profissional, com novos valores, percepções e estratégias metodológicas, possibilitando a emergência de novas relações e o próprio empoderamento, inclusão e o exercício da plena cidadania por parte das comunidades e atores sociais sujeitos do processo. Discute-se os avanços e as dificuldades que uma experiência desta natureza encontra e aponta-se para a necessidade de avançar ainda mais, incluindo profissionais de outras áreas e instituições para ter acesso a esta oportunidade.

Palavras chave: desenvolvimento rural sustentável, sustentabilidade, capacitação, cidadania, participação, construtivismo.

Abstract

The proposal of this paper is analyze an institutional learning and teaching process of facilitators agents of sustainable rural development. The learning and teaching

¹ Eng.Agr. MSc e PhD em Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia, Técnico da Epagri e Professor Adjunto da UFSC. E.Mail eros@epagri.rct-sc.br. Fone (0xx48) 239 5533; fax 239 5597.

² Pedagoga, MSc em Engenharia Sanitária e Ambiental, Técnica da Epagri. E.Mail panceri@epagri.rct-sc.br. Fone (0xx48) 239 5569; fax 239 5569.

³ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

⁴ Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵ Instituto de planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

⁶ Universidade do Oeste de Santa Catarina, campos Chapecó.

experience analyzed in this article was designed by The Agricultural Research and Extension Enterprise of Santa Catarina (Epagri) in partnership with Professors and Lectures from The Federal University of Santa Catarina (UFSC), from Institute of Planning and Agricultural Economy of Santa Catarina State and implemented through a agreement with The University the Western Region of Santa Catarina (UNOESC), specifically through the development of a Specialization Course in Sustainable Rural Development. The authors are actually lectures of this Course. Two aspects are considered in the analysis: The former relates to the content of the course, based on the fact that the actual development process has increased the difference between the rich and powerful and the poor and resource less people. The second relates to the pedagogy aspect, based on the principle that a paradigm shift (from a modern agricultural process to a sustainable rural development) requires a new professional and personal attitude, with different values, perceptions and methodological strategies. This perspective facilitates the emergence of new relations and empowerment processes, the participation and practice of the citizenship by the social actors and communities subjects of the development process. In conclusion, this paper discuss the positive results and the main difficulties of this experience as well as present suggestions for future improvements, like the inclusion of more institutions and professionals from different knowledge's areas.

Key words: rural sustainable development, learning and teaching, citizenship, participation, and constructivism.

Introdução

Esse artigo visa, a partir de uma experiência oficial de capacitação, mais especificamente o Curso de Pós-graduação em “Desenvolvimento Rural Sustentável” (DRS), colocar em discussão os caminhos e descaminhos de um processo global de construção institucional e de formação de agentes animadores de desenvolvimento rural sustentável. Este curso se concretizou a partir de uma forte demanda interna da Epagri como forma de “dar conta” das demandas municipais e regionais, uma vez que a sociedade exige novas posturas e procedimentos dos extensionistas. O mesmo foi viabilizado em parceria com a UNOESC, através de convênio, com a participação de professores com mestrado e doutorado da UFSC, do Instituto CEPA e da própria Epagri. Atualmente está em andamento a terceira turma, somando-se um total de noventa e um extensionistas

da Epagri, dois técnicos da CIDASC, três técnicos do Instituto CEPA e um técnico de prefeitura municipal.

Ao abordar o tema “capacitação para o desenvolvimento sustentável”, duas vertentes de tratamento podem e devem ser consideradas. Primeiramente deve se ter especial atenção para a questão do *conteúdo*, na medida em que é importante ter claro a natureza do modelo convencional de desenvolvimento e todas suas conseqüências e mazelas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, principalmente pela ampliação do “fosso” entre os despossuídos e os que detém o poder, e pelo notável descaso pela questão ambiental, que coloca em risco o bem-estar das gerações presente e futuras. Por outro lado, a questão *pedagógica* é outro ponto fundamental a ser considerada, pois somente uma postura pedagógica que possibilite uma “abertura” para o pleno diálogo e novo entendimento da realidade presente, encaminhará o processo de capacitação para a construção de algo realmente inovador e transformador, e poderá garantir o **compromisso** dos atores sociais participantes (sejam agricultores, agentes de desenvolvimento e outros atores da sociedade) frente a uma nova agenda de desenvolvimento.

Neste sentido, é importante ressaltar que, no campo **pedagógico**, é fundamental criar um espaço de “abertura” tal que permita **desconstruir os referenciais convencionais** de análise, de forma à libertar os indivíduos e grupos das “amarras” preparadas pelos “indicadores de desenvolvimento” comumente usados, mediados principalmente pela perspectiva econômica e técnica. Perceber ainda, a necessidade de ampliar a visão limitada e monolítica sobre a agricultura familiar, que nos tem dificultado compreender sua complexidade e multifuncionalidade.

No referente à questão de tratamento do **conteúdo** do tema “desenvolvimento”, convencionalmente o assunto é tratado a partir da “exposição de conceitos”. Ou seja, “instrutores” caracterizam os diversos “tipos de desenvolvimento”, teorizando suas “qualificações”, relatando as respectivas conseqüências. No entanto, frente à expectativa da construção de algo pedagogicamente transformador e propositivamente novo, parece interessante pensar-se na importância de, num

processo de capacitação desta natureza, ser **ressaltada a fundamentalidade da discussão/reflexão conjunta sobre os rumos da sociedade, debater a importância da participação cidadã**, de modo que se busque, **a partir de um saber coletivo, a construção conjunta de novas possibilidades de desenvolvimento.**

Assim, este trabalho procura enfatizar uma dinâmica de experiências em uma instituição oficial de desenvolvimento (pesquisa e extensão rural), mediatizadas por um conjunto de fatores que em determinados momentos facilitam o compromisso com a implementação de uma concepção “sustentável”, e noutros apresentam limitações sérias na sua viabilização.

Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável: algumas proposições de ordem operacional

É importante retomar a questão fundamental colocada inicialmente. Ao se pensar num processo de capacitação para a formação de agentes que atuam em programas que busquem o desenvolvimento (rural) sustentável, duas vertentes de tratamento podem e devem ser consideradas. Necessariamente, ter especial atenção para a questão do *conteúdo*, na medida em que é importante ter claro a natureza do modelo convencional de desenvolvimento e todas as suas conseqüências e mazelas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Por outro lado, a questão *pedagógica* é outro ponto fundamental a ser considerado, pois somente uma postura pedagógica que possibilite uma “abertura” para o completo diálogo e entendimento da realidade presente, encaminhará o processo de capacitação para a construção de algo novo e transformador, e poderá garantir o **compromisso** dos atores sociais frente a uma nova agenda de desenvolvimento.

Antes de discorrer abreviadamente sobre estas duas questões, e considerando as anotações teóricas que antecedem este item, é interessante caracterizar algumas

necessidades precedentes para que se consiga uma mais integral participação dos agentes a serem envolvidos (agricultores, profissionais, etc).

Certamente, é possível caracterizar sem grandes “levantamentos”, algumas **demandas básicas** que identificam a necessidade (e a natureza) de um programa de capacitação que vise uma nova e transformadora ação institucional. Se por um lado, se conhece a “origem” (nível e qualificação de formação) do corpo técnico-administrativo de uma instituição de desenvolvimento pública, também se sabe o universo e a natureza de atuação institucional que nas últimas décadas condicionaram um tipo de intervenção coerente e ajustada ao modelo convencional de desenvolvimento voltado a uma tecnologia produtivista, altamente consumidora de insumos químicos/capital/mecanização/liberação de mão-de-obra, e por conseqüência, excludente, altamente degradante do meio ambiente e das condições de vida. É evidente que, a partir de um novo projeto institucional, irão aparecer demandas específicas, fruto de uma possível defasagem entre a formação profissional atual e a necessária para dar conta do novo projeto. Talvez não seja o caso dispor muito tempo e esforço em “identificar demandas” (principalmente porque já se consideram “conhecidas” de maneira geral) e potencialidades do corpo funcional e sim partir para um programa de capacitação que, em sua pedagogia, possibilite o afloramento das experiências (“formação”), da autocrítica de cada um e da reflexão coletiva no sentido de entender uma nova possibilidade de desenvolvimento, um novo padrão de atuação institucional que dê suporte a ele e um ambiente institucional propício à integração de ações, de conhecimento, que possibilite emergir atitudes de solidariedade, cooperação e equidade. Entende-se assim que a capacitação pode começar numa sala de aula, mas vai muito além. Pode-se dizer que a institucionalização de um processo de capacitação desta natureza, partindo de um projeto pedagógico mais ousado, no sentido de compartilhar e construir conceitos, idéias, trabalhar com a corporalidade, afetividade e a integração de disciplinas provoca, no início, um certo desconforto, ou mesmo uma desconfiança dos participantes, principalmente dos que estão mais lentamente internalizando processos metodológicos mais participativos. Esta desconfiança se expressa e se verbaliza, particularmente, no

transcorrer da primeira etapa do curso, onde se discute aspectos teóricos relacionados com a prática de forma mais crítica. Nesta etapa são trabalhadas as disciplinas: “Relação Ciência e Sociedade”, “Desenvolvimento Ambiental”, “Cultura Política e Políticas Públicas”, “Agricultura Familiar e Desenvolvimento” e “Organização Social do Produtor e da Produção”. Este “desconforto” é manifestado através de questões como: “os dirigentes conhecem o conteúdo que está sendo debatido no curso? Aqui (no curso) vivemos uma realidade, quando retornamos ao local de trabalho a realidade é outra (nos esperam: metas, os programas da secretaria etc.). Como trabalhar com os pobres? Será que eles (os pobres) querem participar? Etc., etc., etc.

Poderíamos dizer que estes questionamentos expressam uma demanda de capacitação reprimida ao longo do trabalho da extensão rural. Expressa ainda um *habitus*⁷, uma percepção, uma cultura, na qual a participação efetiva dos atores sociais rurais/pesqueiros ainda não está institucionalmente incorporada.

Neste sentido, é necessária a construção de diretrizes gerais claras que possibilitem dar corpo a um novo projeto de desenvolvimento regional, permitindo a definição de atividades e “metas”, resultado da reflexão coletiva e do **compromisso** assumido por todos (ou pelo menos pela maioria), como também criar uma disposição institucional permeável aos diversos níveis hierárquicos favorecendo o estímulo à reflexão e à criatividade, ousar propor e agir fora do “quadrado” ou seja, das velhas fórmulas conhecidas. Este é um dos desafios do curso de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Voltando à questão inicial, é importante ressaltar que, no campo **pedagógico**, é fundamental criar um espaço de “abertura” tal que permita **desconstruir os referenciais convencionais** de análise, de forma a libertar os indivíduos e grupos das “amarras” preparadas pelos “indicadores de desenvolvimento”, comumente usados (“produtividade física”, “índices de progresso”, “índices de esforços de assistência técnica”, “índices de modernização da agricultura e/ou de saúde”, “índices de urbanização”, “índices de industrialização/progresso”, etc). Outra

⁷ *Habitus*, segundo Bourdieu (1989) são disposições incorporadas culturalmente que justificam o agir dos diversos atores sociais.

questão fundamental, ainda no campo pedagógico, é a possibilidade de **desconstruir a possibilidade de respostas... “para aquilo que as pessoas pensam que os agentes de execução/formação querem ouvir”**. Ou seja, agir de tal forma que as pessoas não tenham a tendência de “falar o que elas acham que ‘nós’ queremos ouvir”. Esclarecendo mais um pouco... seria assumir uma postura pedagógica que, desde o início, abra o processo de capacitação para as potencialidades, experiências e necessidades coletivas e de cada um. Quem já não participou de atividades com grupos de agricultores, por exemplo, em que se procura discutir novas formas de produção e consumo, e os agricultores tendem responder com o mesmo discurso do modelo de modernização agrícola convencional? (modelo este que teve a tendência de excluí-los). Uma pedagogia realmente libertadora (de qualquer tipo de dominação, de preconceitos e referenciais convencionais) é fundamental na construção de um novo espaço de atuação institucional e de capacitação para o desenvolvimento.

Ainda no campo pedagógico é necessário superar o “hiato” ou “vácuo” do processo teórico/prático, ou seja, o espaço ou a diferença entre o ideal (o que deve ser), falando aqui das novas idéias, conceitos e o real (o que é) nos referindo a realidade de cada um. Este aspecto precisa ser levado em consideração para que as novas idéias que estão sendo gestadas não sejam facilmente confundidas e, neste processo, percam sua força inovadora, ficando apenas no discurso. Deste “vácuo” trata muito bem Paulo Freire no livro “Extensão ou Comunicação”, ou seja, fala sobre o discurso descolado da prática real.

O curso se propõe ajudar a superar este desafio. Na medida em que há um esforço, através da disciplina integradora, em estabelecer relações entre os diversos conteúdos teóricos e práticos trabalhados em cada disciplina. Mais ainda, o trabalho de conclusão do curso, parte principal da avaliação na disciplina integradora, tem a pretensão de facilitar o “afastamento” dos participantes do seu objeto de trabalho construindo um olhar mais crítico e comprometido de sua ação profissional e pessoal. Para Sachs (1998 p.37), esta questão é de extrema importância, colocando-a como um grande desafio. Segundo ele, traduzir conceitos gerais em propostas práticas, sem dúvida, é entrar num terreno onde

todos somos aprendizes. Assim, a vinculação entre teoria e prática é um elemento desafiador e essencial na abordagem de propostas inovadoras.

Outro desafio no campo pedagógico, e que fica bem evidenciado, é a dificuldade em tratar com a diversidade de interesses que, em geral, não estão visíveis, mas que permeiam as relações, constroem redes, definem espaços e conseqüentemente provocam conflitos, como ocorre normalmente no cotidiano. O enfrentamento dos conflitos é um processo difícil, exige habilidade e clareza dos atores que estão coordenando o processo. Porém, a experiência mostrou que o enfrentamento dos conflitos é muito mais estimulante e provoca situações de grande aprendizagem, principalmente desestruturar a idéia equivocada que divide os atores sociais em “ganhadores e/ou perdedores”, permite ainda uma visão do mundo onde somos diferentes, temos valores diferentes, mas precisamos agir coletivamente. Assim, o processo de negociação fica mais leal e real. O não reconhecimento dos conflitos dificulta o debate e a mudança sobre a discriminação, por exemplo das mulheres, isto é, a não visibilidade das mulheres enquanto seres integrais e de plena cidadania, assim ocorrendo também com os jovens e idosos, presentes igualmente nas instituições públicas.

Há, desta maneira, um reforço sobre a importância da recriação de ambientes institucionais, isto é, espaços emocionais, disposições favoráveis, atitudes que favoreçam esforços individuais e coletivos para a mudança de percepção, atitudes e a criação do *habitus* de uma permanente aprendizagem.

Este aspecto da permanente aprendizagem, destacada no curso de DRS, tanto por meio das disciplinas como nas dinâmicas e trabalho final exigido pela disciplina integradora, se constitui num avanço, pois muitos “alunos” ao término do curso é que valorizaram o esforço empreendido na elaboração de um trabalho de conclusão de curso.

Assim, entendemos que a criação da disciplina integradora é um dos esforços inovadores do curso de DRS, que objetiva integrar conteúdos e propiciar uma pedagogia integrativa no campo humano, social e intelectual.

Na discussão/reflexão sobre os possíveis conteúdos relacionados ao desenvolvimento, entende-se que se faz necessário criar um ambiente favorável à

integração das pessoas e uma desestruturação ou “choque” sobre nossas certezas, sobre a “segurança” do conhecimento. Isto é, iniciar um processo de desconstrução das certezas, das receitas e respostas prontas, da linearidade do pensamento, comumente presente no cotidiano dos profissionais. O “choque” sobre como percebemos o mundo e a relação estreita entre ciência e sociedade é de uma importância vital para avançar na objetivação da reconstrução coletiva de mentalidades, emoções e ambientes inovadores, capazes de valorizar pequenos gestos de cooperação, de solidariedade, de equidade de gênero, idade e grau de escolaridade. Bem-estar, desta forma, entendido não somente como indicador de acumulação de bens materiais, mas como um estado emocional de se sentir parte de, ou de pertencimento sem, contudo, perder a identidade, a individualidade, sem, inclusive, abrir mão completamente de interesses particulares.

Nesta possibilidade de intervenção, esta construção conjunta é resultado da contribuição de cada um, com seu conhecimento e experiência sendo socializado e aprofundado. Uma intervenção assim concebida possibilita que se “materialize” conceitos, a partir do que concretamente ocorreu na realidade e foi vivenciado pelos participantes. Ou seja, não se parte de “conceitos”, se chega neles... conjuntamente!! Os conceitos também passam a ser construídos coletivamente... advindo daí o **compromisso coletivo** com o que o “conceito” sugere e com os diversos momentos e possibilidades que a realidade concreta apresenta.

Para possibilitar o atendimento das condições anteriormente comentadas, uma alternativa seria tentar “voltar na história” e rever os diversos momentos/fatos/ciclos importantes no País/Região/Município (com ênfase para o meio rural), analisando participativamente seus condicionantes e conseqüências, procurando tirar dos participantes suas percepções/explicações e análise crítica (pela característica da necessidade de pleno envolvimento nesta fase inicial, inclusive como forma de “abrir” o sentido participativo, uma boa metodologia é favorecer trabalhos de pequenos grupos complementados por síntese e discussões em plenária). É evidente que, entendida assim, a construção de um processo de capacitação com estas naturezas, deve ser em termos didático-pedagógico, adaptado em nível de cada região e/ou município.

Esta recuperação histórica dos principais acontecimentos (e a ocupação e gênese econômico-demográfica) que influenciaram o desenvolvimento regional, deve abranger diversas dimensões para dar conta da necessidade de entendimento e explicação da complexa realidade atual. Então, as dimensões econômica, sócio-cultural, política, ambiental, parecem fundamentais e imprescindíveis de serem tratadas.

A realização deste exercício pedagógico aponta para a necessidade de um profundo conhecimento “local”/regional/global por parte de quem o executa. Neste sentido, a alimentação de informações/leituras preparatórias são recomendadas de maneira a “nivelar” o mais possível o grupo que está participando. No caso dos participantes serem agentes/ministrantes de futuras capacitações, fundamental também é a necessidade de preparo para trabalhar com grupos de interesses diferentes (muitas vezes contraditórios até no campo político-econômico).

Principalmente no nível municipal, algumas premissas devem nortear este debate:

- ☞ deve se assumir a visão do todo, e não segmentar a realidade em partes ou dimensões exclusivas (evitar o reducionismo analítico);
- ☞ ter condições de buscar o necessário nível de solidariedade (para um programa de desenvolvimento) a partir das dificuldades comunitárias;
- ☞ trabalhar com a base social existente (no município, região, instituição).

O importante neste exercício é se **chegar ao “dilema”** que, ao mesmo tempo em que se torna possível explicar a situação atual (através de indicadores sociais, econômicos, ambientais), seja possível também **antever possibilidades**. A cosmovisão **proativa** que possibilita com que os indivíduos (metodologicamente) “se afastem”, “se descolem da realidade”, e consigam **observar “de fora”** esta mesma realidade, analisando-a e prognosticando o futuro, é fundamental nesta fase. Assim como fazer o “**estranhamento**” do “**eu** e do **outro**”, dos valores, das explicações e justificativas de diferentes culturas é básico num processo de capacitação de extensionistas e pesquisadores, que estão sempre em contato com diferentes culturas e que, por outro lado, não podem negar sua própria cultura.

Certamente, no mínimo, duas possibilidades surgirão desta reflexão. A primeira é que **se mantenha o modelo convencional de desenvolvimento**, com todas as suas implicações sociais, econômicas, políticas e ambientais (com a conseqüente manutenção também do mesmo nível de padrão de interferência institucional por parte do Estado). Esta situação pode não ser a “desejável” mas existem fortes indicadores (apesar dos discursos oficiais) da sua viabilização. A “outra” possibilidade, alicerçada em uma série de experiências e intenções (mas principalmente, a partir de uma crítica severa ao modelo convencional de desenvolvimento e da atuação institucional por parte do Estado, que lhe deu suporte) é partir para a busca de um processo “alternativo”/sustentável de desenvolvimento (e da conseqüente **nova atuação institucional**). Certamente a reflexão sobre este novo processo implicará na necessidade de uma série de profundas transformações, tanto na concepção de “desenvolvimento” quanto na questão da produção técnico-científico, conceitos de cidadania, participação política, educação, políticas públicas, favorecendo mudanças de atitude de cada profissional aumentando a competência individual e coletiva para tratar de situações complexas.

O certo é que, se consideradas estas possibilidades e a viabilidade de um movimento em direção a um processo “alternativo” (sustentável) de desenvolvimento, esta reflexão deve respeitar uma concepção de uma determinada **co-existência** temporal destes modelos (**co-existência de paradigmas**) e sua gradualidade de **transição**. Isto porque a agricultura, como um todo, não se transformará a partir de um novo plano de intenções, muito menos a mentalidade, a visão e a disposição dos diversos grupos de atores sociais envolvidos. A nova ação institucional por parte do Estado deve ser pensada considerando-se esta necessidade de gradualidade de implantação de um novo projeto e de um programa de “capacitação” que, embora seja “forte” e decisivamente voltado a um novo projeto, leve em conta esta necessidade de transição e a co-existência de possibilidades existentes.

Respeitando esta possibilidade/necessidade, torna-se importante no programa de capacitação, considerar-se a **identificação** de agentes sociais (sejam técnicos ou

agricultores) articulados com a nova proposta metodológica, que poderão servir como animadores do processo de capacitação nos diversos níveis.

Desafios e Dificuldades do Processo de Mudança: transição do modelo convencional para a emergência da sustentabilidade

Entende-se desenvolvimento sustentável como uma propriedade que emerge, algo novo construído num processo relacional situado num determinado espaço físico (ecossistema), num determinado contexto. Envolve, portanto, aspectos sócio-culturais, humanos, econômicos e ecológicos. Franco (2001), corrobora com este conceito e o esclarece ao afirmar que “o desenvolvimento é sempre o aparecimento do que não existe, é uma fórmula que cada localidade, cada territorialidade encontrou para se expressar no mundo”. Para ele, o desenvolvimento é um movimento pelo qual determinada coletividade humana estável consegue afirmar uma nova identidade no mundo.

Dessa forma, para que esse movimento, ou a emergência do desenvolvimento sustentável, possa nascer e se consolidar é fundamental que se tenha um estoque de capital humano e social. No desenvolvimento tradicional, ou convencional, eram necessários: **terra-capital-trabalho**. Terra estava colocada como o espaço físico ou o ecossistema necessário para a produção, o capital como o estoque financeiro ou a capacidade de pagamento e endividamento e o trabalho como a força física e intelectual para a produção e produtividade. Este conceito e entendimento ainda estão presentes no dia-a-dia de pesquisadores e extensionistas. Porém, para sairmos dos modelos desenvolvimentistas ou como diz Jara (1998), dos modelos caducos, produtivistas e assistencialistas de desenvolvimento local, é necessário formular uma nova trajetória de desenvolvimento local, democrática, solidária, que possibilite a emergência de relações sustentáveis. É preciso construir instâncias de participação social. O Estado deve ser um grande parceiro desse processo. Não é possível construir

uma nova institucionalidade sem a cooperação do poder público local, estadual e federal.

A capacitação dos atores sociais institucionais pode ser um dos caminhos para se construir algo inovador em termos de desenvolvimento local pois, neste “movimento”, desenvolver o capital humano e social são dois fatores fundamentais. O capital social não é algo que possa ser quantificado pelos métodos tradicionais, nem ser pesado ou até mesmo visualizado, objetivamente falando, mas é percebido na trama social, na base organizativa do grupo social. É percebido também através dos níveis de participação de um determinado grupo e da confiança que se estabelece entre os diversos grupos e atores sociais. Como diz Franco (2001),

se uma sociedade não tem iniciativa, se a confiança social entre os grupos não existe ou é pequeno, você também não pode ter desenvolvimento, nem mesmo crescimento econômico sustentado. Para fazer qualquer negócio, é preciso partir de uma base de confiança, portanto, precisa ter um certo capital social. Se os níveis de confiança não forem altos, as pessoas não irão se associar, porque vão ter medo de serem engolidas pelo outro. O outro não será visto como parceiro, mas sempre como um potencial concorrente.

Quando falamos em capital humano estamos falando não somente de quantidade ou de número de pessoas/indivíduos ou atores sociais, mas sim de especificidades que nos caracterizam como humanos. A capacidade de criar e recriar ambientes, conceitos, emoções. A capacidade de nos solidarizar para com o outro. Encontrar o sentido verdadeiro de viver quando ajudamos, cooperamos com o outro ou quando nos decepçionamos conosco e com o outro. A permanente capacidade de reaprender e de inovar, de “dar a volta por cima”, de superar obstáculos e desafios, de aprender com o erro, de perceber que certo e errado são fatores em permanente mudança. A capacidade de ir além do mundo material, de encontrar sentido em pequenas coisas como sorrir, o perfume de uma flor, o por de sol no fim da tarde, a lua cheia refletida na mata ou no mar. A emoção, a sensibilidade que nos move e permite dar diversos sentidos para as mesmas coisas. Enfim, o capital humano e social são os fatores que podem verdadeiramente gestar e emergir o Desenvolvimento Local Sustentável.

Neste sentido, o curso de DRS tem como um dos objetivos desenvolver o capital humano e social da instituição. Porém, os desafios e dificuldades são grandes e nem sempre trabalhadas em níveis desejáveis.

A experiência mostra que a mudança de percepção de atitudes não ocorre pelo simples fato de estarmos em sala de aula debatendo/refletindo sobre um novo processo. A emergência de algo novo não ocorre em saltos, a impressão que fica é que tratamos de duas realidades, uma que se dá na sala de aula e a outra que está aguardando o participante do curso no seu local de trabalho. Percebe-se uma distância, ou poderíamos dizer ritmos diferentes, entre o que se passa a entender por ideal e o real que está lá no município. Esta diferença, ou este descompasso entre estas duas realidades pode gerar fatores propulsores ou imobilizadores, dependendo de como cada um, individualmente ou coletivamente, conseguir reorganizar e reestruturar.

Concluindo, torna-se fundamental enfatizar que um processo de transformação institucional (e sua conseqüente “capacitação” para tal) deve considerar o **universo de atores envolvidos**, ou seja, não pode se resumir ao “corpo funcional” de uma instituição e sim procurar abranger **todos os atores sociais envolvidos**. Neste sentido, deve ser considerado também um intenso programa de capacitação dos **Conselhos Municipais de Desenvolvimento** (que só ampliarão a sua “democracia interna” na medida em que os conselheiros forem escolhidos democraticamente e forem melhor preparados para sua atuação e vinculação orgânica com seus “representados”), **criação e capacitação de Conselhos Comunitários** (onde a democracia seja praticada na base, seja na escolha de representantes para os Conselhos Municipais, seja na organização de Planos de Desenvolvimento Comunitário) além, é claro, da capacitação dos agentes técnico-administrativos que apoiam o processo (não só das instituições de Extensão Rural).

Porém, é necessário ressaltar que a proposição sobre a criação e capacitação de Conselhos Comunitários ou dos Planos de Desenvolvimento Comunitário, não se trata de uma receita que se aplica a todas as comunidades e a democracia

magicamente acontece. A “pressa” pode levar a impor um processo “participativo” copiado, não desejável ou não construído pela comunidade, fortalecendo, assim, a cultura clientelista e assistencialista que se busca superar. É importante lembrar que as comunidades, em geral, possuem diversas formas organizativas como as diretorias de escola, igrejas, clubes ou times de futebol, festas religiosas etc. Fortalecer as formas organizativas das comunidades, debater alternativas, entre elas a criação dos próprios Conselhos Comunitários são possibilidades para que as comunidades possam criar formas até impensadas pelos técnicos, mas que a sua legitimidade será muito mais plena do que uma forma “induzida”. O importante é a organização com a participação plena, possibilitando a inovação criativa e oportunizando que aflorem um conjunto de interesses voltados ao bem coletivo alavancando oportunidades de desenvolvimento para todos.

Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, Rio de Janeiro: Difel/Beltrand, 1989. 311p.

FRANCO, Augusto. Entrevista com o coordenador geral da AED. **Revista da Agência de Educação para o Desenvolvimento**, Brasília, p. 19 –23, nov/2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**, Rio de Janeiro: 2ª ed. Paz e Terra, 1983.

SACHS, Ignacy. In: Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs. **Conferência de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.